



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Boletim Conjuntural**  
**Agosto | 2018**

# Boletim Conjuntural

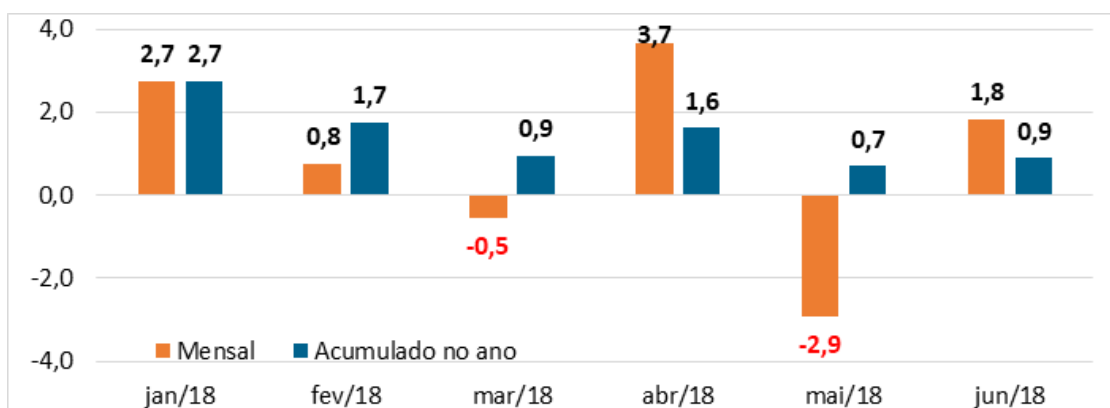
## Agosto | 2018

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

Continua instável a evolução do Índice da Atividade Econômica (IBC-BR), calculado e divulgado pelo Banco Central, indicador que constitui uma antecipação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – Ver **Gráfico 1**. De fato, registra-se para janeiro variação positiva de 2,7%; em fevereiro 0,8%; retração de -0,5% em março; e em abril volta-se ao registro de significativo aumento (3,7%), o maior do ano – sempre contrapondo-se o produto gerado em cada mês ao nível de produção do mesmo mês do ano anterior.

Acontece que no meio do caminho veio a ocorrer a greve/lockout do segmento de transporte rodoviário, em maio, observando-se declínio do IBC-BR nesse mês (-2,9%). Embora não se deva imputar totalmente tal retração apenas a esse evento de maio, o efeito de tal episódio, pela escala e pelo prolongamento, foi importante. O IBC-BR volta a crescer em junho (1,8%). O acumulado do ano (primeiro semestre) é de apenas 0,9% – em cotejo com igual período de 2017.

**GRÁFICO 1 - Brasil: taxa de variação mensal do índice de atividade econômica (IBC-BR), em %, janeiro/2018 a junho/2018 (base: mesmo período do ano interior)**



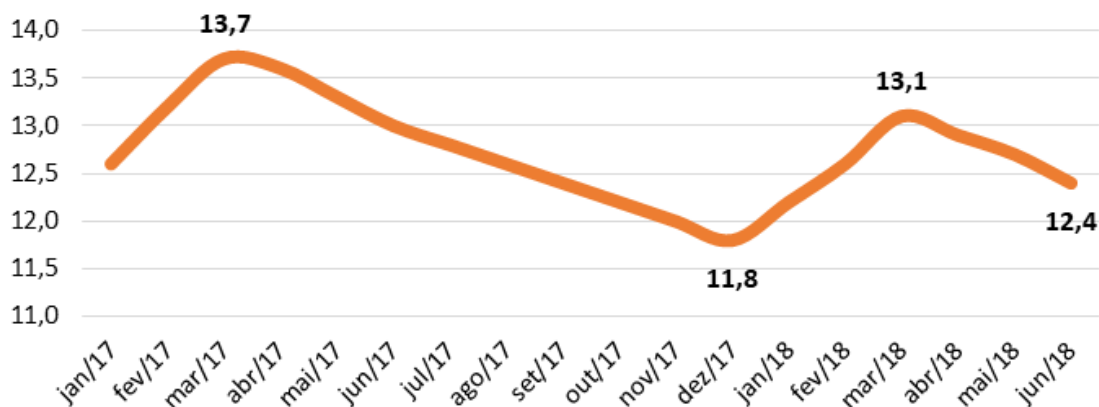
Fonte: Bacen. Elaboração CeplanMulti

Reitere-se o que já se afirmou no boletim anterior: permanece em descenso a curva que descreve expectativas a respeito da taxa de crescimento econômico esperada – pelos agentes econômicos – para o PIB brasileiro em 2018. A estimativa atual é de 1,47%, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central, em 24/08/2018. Portanto, um panorama completamente distinto do que prevalecia no início do ano, quando as expectativas indicavam um crescimento econômico de cerca de 3% em 2018. Uma redução da expectativa de crescimento da economia pela metade é preocupante.

Informações sobre o mercado de trabalho do país também não são animadoras. Dados da PNAD Contínua/IBGE mostram que, no trimestre móvel abr-mai-jun de 2018, a taxa de desemprego alcançou 12,4% depois de ter atingido um nível mínimo de 11,8%, no último trimestre de 2017 – **Gráfico 2**.

Continua preocupante o quadro de desemprego. Afinal, são 13,0 milhões de pessoas tentando encontrar algum tipo de ocupação que lhe garanta alguma renda no mercado de trabalho. Mas, esse quadro ainda pode ser visto de forma ainda mais pessimista. Com efeito, além dos desempregados procurando trabalho, existem os indivíduos desempregados que desistiram de procurar trabalho – os desalentados. Estes totalizam – conforme o IBGE – 4,8 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2018, vindo a ser maior número de desalentados da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012. Isso sem levar em consideração o contingente de subocupados, ou seja, pessoas que gostariam de trabalhar mais horas do que trabalha e não conseguem.

**Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a junho/2018**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

A alta taxa de desemprego é, em parte, influenciada pelo aumento da população economicamente ativa, que passou de 103,7 milhões de pessoas em junho de 2017 para 104,2 em junho de 2018 – um crescimento absoluto de 500 mil pessoas. Em contraposição, o número de **pessoas ocupadas** no trimestre encerrado em junho de 2018 (91,2 milhões) é um pouco mais alto do que o observado no trimestre correspondente de 2017 (90,2 milhões). Portanto, nota-se um saldo de um milhão de pessoas ocupadas no período, embora mais de

metade (600 mil) envolva ocupações informais (conta própria).

Coerentemente com tais resultados, informações oriundas do Ministério do Trabalho (CAGED) revelam um número de admissões em postos formais de trabalho superior ao de demissões, no resultado acumulado do ano de 2018 (janeiro a junho) – saldo positivo de quase quatrocentos mil empregos, como indicado na **Tabela 1**. Em julho, esse saldo atinge 448.263 ocupados no acumulado do ano.

**Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-junho/2017, junho/2018 e janeiro-junho/2018**

SUBSETOR	JAN/17-JUN/17	JUN/18	JAN/18-JUN/18
Agropecuária	121.760	40.917	70.334
Indústria Extrativa	-1365	-88	1.169
Indústria de Transformação	29.647	-20.470	75.726
Textil	20.339	-6.169	4.106
Calçado	12.786	-3.334	12.530
Metal-Mecânica	-9,029	-5.501	11.608
Outras	5.551	-5.466	47.482
SIUP	1.485	1.151	4.842
Construção	-30.678	-934	42.521
Comércio	-117.400	-20.971	-94.839
Serviços	74.982	589	279.130
Transportes e Comunicações	-258	477	30.313
Adm, técnicos e profissionais	9.536	8.549	92.810
Alojamento e Alimentação	-13.857	-7.934	24.291
Saúde	32.217	7.897	50.882
Outros serviços	47.344	-8.400	80.834
Administração Pública	18.606	-855	13.578
<b>Total</b>	<b>97.037</b>	<b>-661</b>	<b>392.461</b>

Fonte: Caged/MTE.

(\*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até novembro/2017.

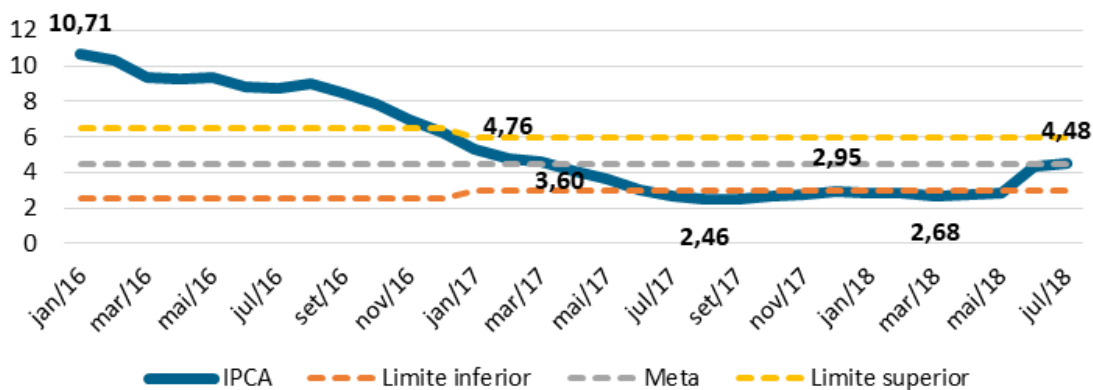
Fica evidente que, mesmo sendo positivo – no acumulado do ano – o saldo entre admissões e desligamentos, o mercado de trabalho ainda não carrega o dinamismo necessário para fazer significativo contraponto ao enorme contingente de quase dezoito milhões de pessoas, formado por aqueles que procuram trabalho e não encontram (“desemprego aberto”) e pelos desocupados que desistiram de procurar algum tipo de ocupação e passaram a incorporar-se ao conjunto de desalentados. Sem dúvida uma situação que, em conjunto com outros processos socialmente exclusivos, contribui para criar um caldo de cultura propício à violência.

Outra importante dimensão é o processo inflacionário. A esse respeito registre-se que a trajetória da inflação é de relativa estabilidade, inclusive já tendo absorvido choque de preços de maio, provocado pela suspensão de serviços de transporte rodoviário – de uma economia com demasiada dependência desse modal para a movimentação de mais de metade do fluxo de mercadorias agrícolas e industriais do país. Certamente o indicador oficial de inflação deverá, este ano, se situar um pouco acima do definido pela autoridade monetária, mas sem se situar acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%). De fato, desde o segundo semestre de 2017, a variação do IPCA acumulado de 12 meses vinha registrando, em cada mês, valores abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3,0%) – ver **Gráfico 3**. Tal indicador monta a 4,39% em junho e a 4,48% em julho – repercutindo o movimento paredista de maio (via desabastecimento e consequente pressão de preços), mas as projeções para o IPCA de 2018 se mantêm bem abaixo de 4,5%.

Saliente-se que a estabilidade de preços em baixo patamar é favorável a investimentos e, conseqüentemente, deveria, em princípio, contribuir para que o país avançasse na direção de uma recuperação econômica sustentável. Contudo, a falta de confiança de agentes econômicos na condução política do país e na eventual aprovação e implantação das necessárias reformas estruturais – em especial nas áreas fiscal, tributária e previdenciária – atuam em direção contrária. De todo modo, a percepção dos agentes econômicos e a de que qualquer reforma institucional de vulto só poderá ser aprovada depois da instalação do novo governo, a partir de janeiro de 2019.

Perturbador para o cenário de inflação é o movimento de desvalorização cambial associado a mudanças na taxa básica de juros dos EUA, agora ascendente, e das iniciativas de guerra comercial no plano internacional, do Governo Trump, que já trouxe retaliações do governo chinês. Mas não é só a vertente internacional que contribui para a alta do dólar. A incerteza associada ao cenário eleitoral no país é elemento interno de peso. Desvalorização cambial é importante fator de pressão inflacionária, particularmente via aumento de custo de insumos importados pela indústria. No entanto, a pouco aquecida demanda de consumo das famílias – algo típico deste prolongado momento de lenta recuperação da profunda crise de 2014-2016 – leva a que repasses para os preços sejam menores do que poderiam ser no caso em que a conjuntura fosse de forte dinamismo econômico.

Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses- em % janeiro/2016 a julho/2018



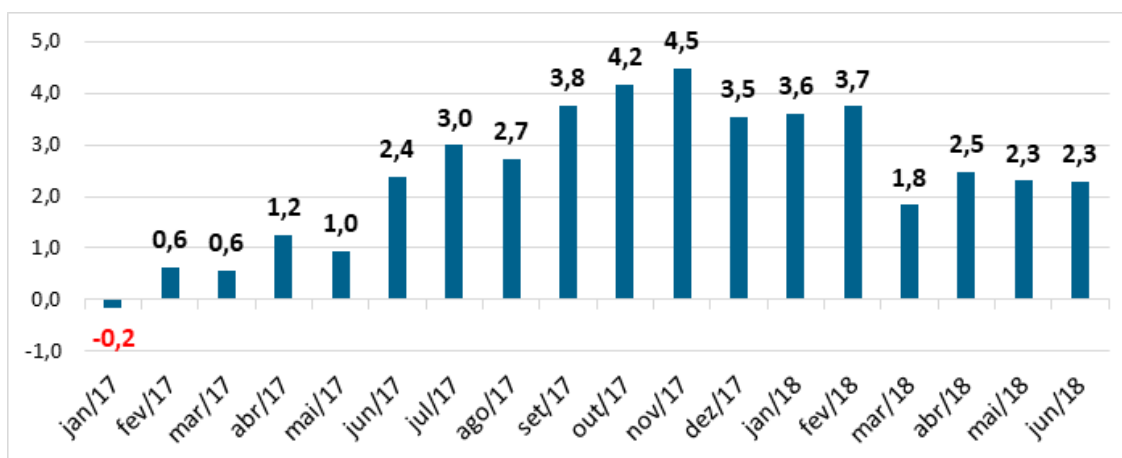
Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em suma, apesar do referido aumento do IPCA em junho/julho, influenciado por fator episódico, permanece relativamente baixo o patamar de inflação, o que contribui para manutenção de uma taxa básica de juros inferior ao histórico padrão brasileiro. De todo modo, um cenário ainda relativamente confortável. Todavia, câmbio e fatores eleitorais podem trazer alguma preocupação nessa temática, a depender da magnitude de eventuais choques nessas duas dimensões.

Nesse ambiente de baixa inflação, a massa real de salários mantém seu valor real. E, enquanto se mantiver um crescimento do número de pessoas ocupadas, o valor real da massa real de salários terá variação positiva. De fato, a massa real de salários vem se mantendo superior à do ano anterior, desde fevereiro de 2017 (**Gráfico 4**), conforme dados do IBGE,

embora esteja bem abaixo do pico de novembro de 2017, quando oscilou e manteve tendência de decréscimo. Em julho de 2018, a variação real da massa de salários cresceu 2,3% em comparação com julho de 2017. Essa desaceleração do crescimento da massa salarial tem a ver com a inflação – ou seja, mesmo baixa a inflação do trimestre (maio-junho-julho de 2018) registra um aumento maior do que a registrada no mesmo período de 2017 – por conta dos choques de maio e junho, decorrentes da crise de abastecimento. De toda forma, a massa salarial poderá se manter submetida a pequenos ganhos de valor real, se confirmado o cenário que se prenuncia para este ano. Trata-se de fato significativo para sustentação do nível de consumo agregado e, portanto, para o desempenho dos segmentos de comércio e de prestação de serviços.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro/2017 junho/2018 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Infelizmente, o cenário para crescimento da economia não é confortável. Um modesto desempenho da economia nacional, com elevação do PIB inferior a 1,5% neste ano, é o mais recente número projetado – como já mencionado. É muito pouco para uma economia que passou por uma longa recessão, da qual emergiu com um crescimento modesto de apenas 1,0% em 2017. Confirmada tal projeção, o Brasil completará cinco anos consecutivos

de recessão e baixo crescimento, sofrendo acentuado decréscimo da renda per capita no período. Em síntese, os principais indicadores econômicos levam a se inferir que o desempenho da economia brasileira será positivo em 2018, relativamente ao ano de 2017, todavia em ritmo muito aquém do que se esperava (3% ou mais), no início deste ano. Permanece postergado o início de um processo sustentado de crescimento econômico.

### **Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018**

São contempladas, nesta seção, informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano, do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito –, são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, observa-se a trajetória mensal e o indicador acumulado do ano do **varejo restrito**.

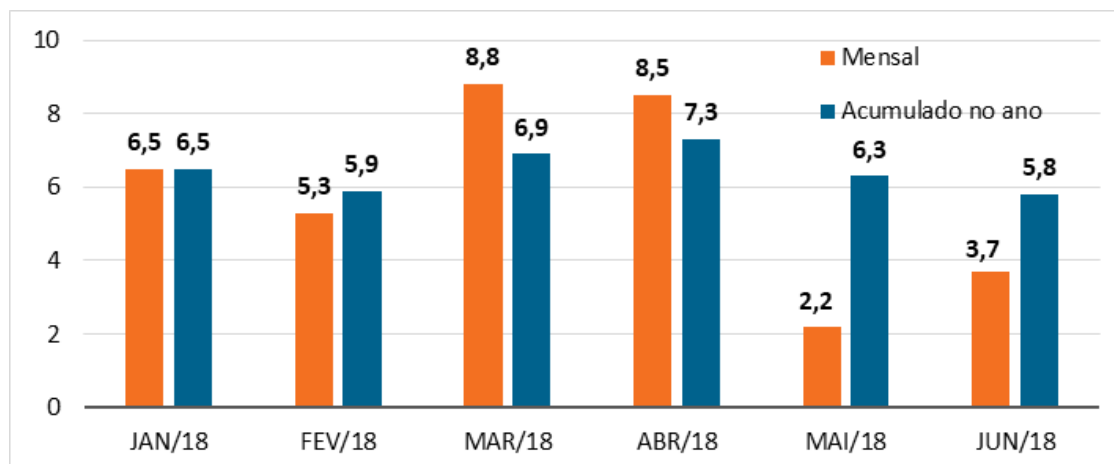
O volume mensal de vendas do varejo ampliado no país, nos seis primeiros meses do ano, é superior ao observado nos meses correspondentes de 2017: 6,5% em janeiro; 5,3% em fevereiro; 8,8% em março; 8,5% em abril; 2,2% em maio; e 3,7% em junho. As variações positivas registradas em maio e junho, bem abaixo do observado nos outros meses do

ano, podem ser explicadas por repercussões do movimento paredista dos caminhoneiros (associado a lockout de grandes empresas do segmento), especialmente no que se refere ao volume de vendas do mês de junho, mês de grande redução desse indicador no segmento de veículos. Sabe-se que este segmento tem forte peso no desempenho global do varejo ampliado. No que se refere ao desempenho acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, as variações são todas significativamente positivas em todos os meses pesquisados.

Quando se foca o varejo restrito, isto é, não considerados os segmentos de veículos e de material de construção, o desempenho (tanto em base mensal quanto no acumulado) também mantém-se no campo positivo, todavia em patamares bem inferiores aos apontados para o varejo ampliado; novamente isso se deve ao comportamento diferenciado do segmento de veículos, agora em termos positivos. Portanto, pode-se afirmar que, no geral, o comércio varejista continua apresentando, em 2018, desempenho melhor do que o registrado no ano passado.

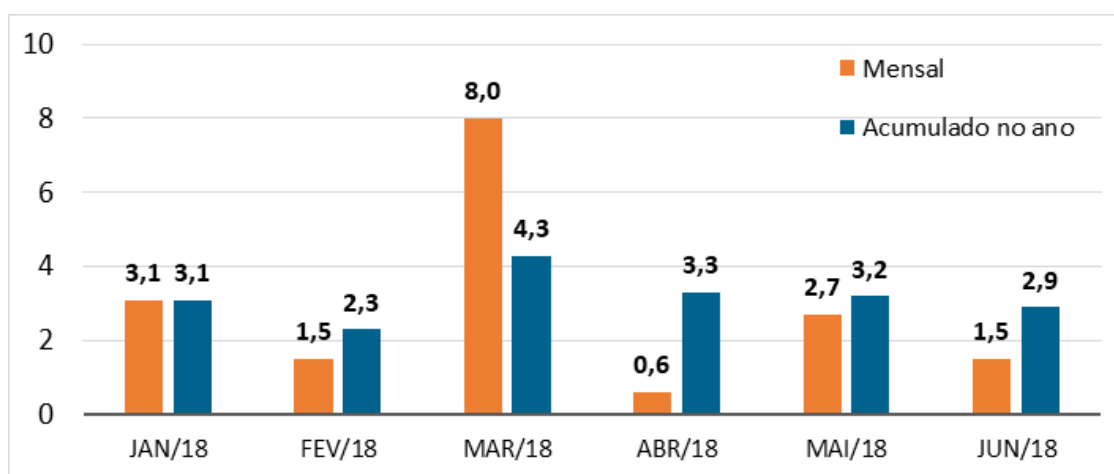


Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro/2018 a junho/2018



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro/2018 a junho/2018



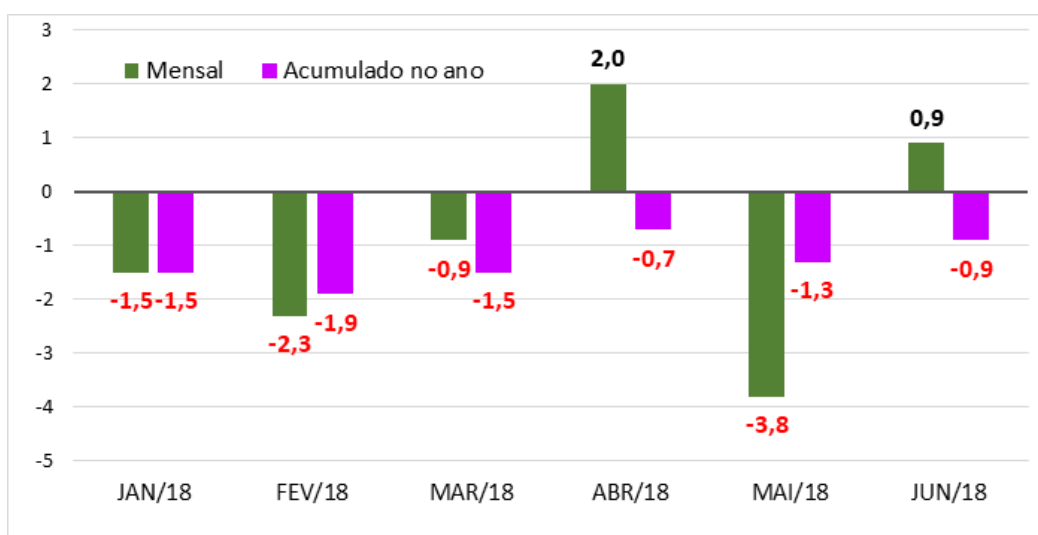
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### Serviços: desempenho permanece insatisfatório em 2018

O setor de prestação de serviços – objeto desta seção – continua apresentando desempenho insatisfatório em 2018. Depois de um resultado mensal positivo em abril (2,0%), o indicador mensal volta a apresentar queda em maio (-3,8%) – declínio associado ao movimento paredista do segmento de transporte rodoviário de cargas; e volta a apresentar crescimento modesto em junho (0,9%). Deve-se levar em consideração,

entretanto, que o desempenho do indicador acumulado do ano revela declínio do volume de vendas em todos os meses do ano (Gráfico 7). Pode-se concluir, portanto, que nas atividades de serviços, no agregado, continuam predominando variações negativas do volume de vendas, em relação ao ano passado. Sinais de que a longa crise econômica, agora em estágio de rota lenta e instável de recuperação, continua exercendo influência negativa sobre o desempenho do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2018 a junho/2018



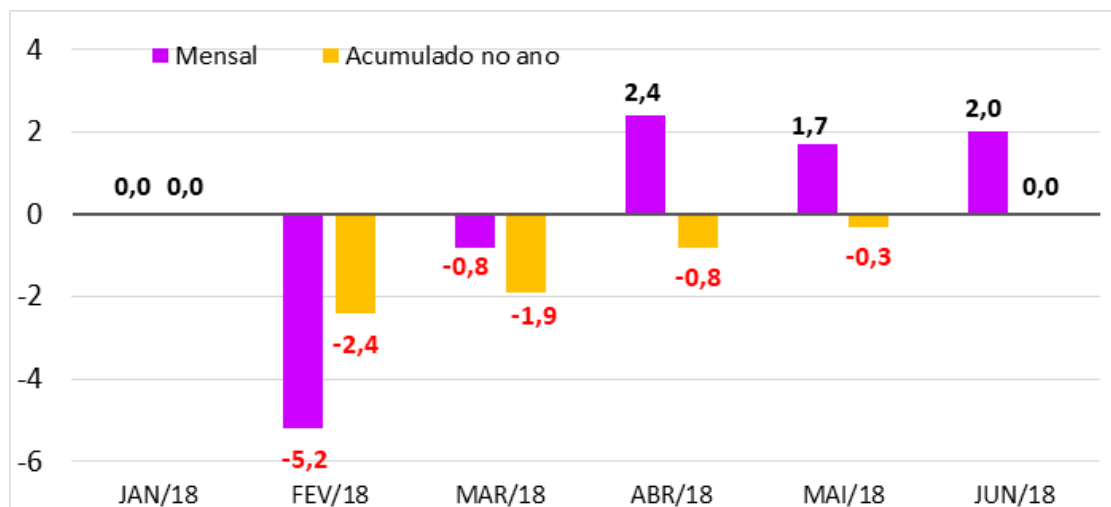
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### Turismo: desempenho igual ao do ano passado no resultado acumulado do ano

O conjunto de atividades que compõem os serviços de turismo vem registrando desempenho negativo há bastante tempo. Entretanto, observa-se – nos três últimos meses pesquisados – que o volume de prestação de serviços se revela crescente, em termos do indicador mensal, tendo-se por base os mesmos meses de 2017: abril (2,4%); maio (1,7%); e junho (2,0%). Todavia, o indicador acumulado do ano – representado no **Gráfico 8** – continua sem apresentar variação positiva,

ao longo de 2018: 0,0% em janeiro; -2,4% em fevereiro; -1,9% em março; -0,8% em abril; -0,3% em maio; e novamente 0,0% em junho. Ou seja, no resultado acumulado do ano, o volume de serviços prestados no segmento de turismo mantém-se igual ao registrado no mesmo período de 2017, a despeito dos três últimos resultados **mensais** com variações positivas. Como fator atenuante, ressalte-se que a trajetória mensal do indicador acumulado no ano é crescente, com variações negativas menos intensas até maio e com variação nula em junho.

Gráfico 8 - Variação mensal e variação acumulada em 12 meses do volume de serviços nas atividades turísticas, em % - janeiro/2018 a junho/2018



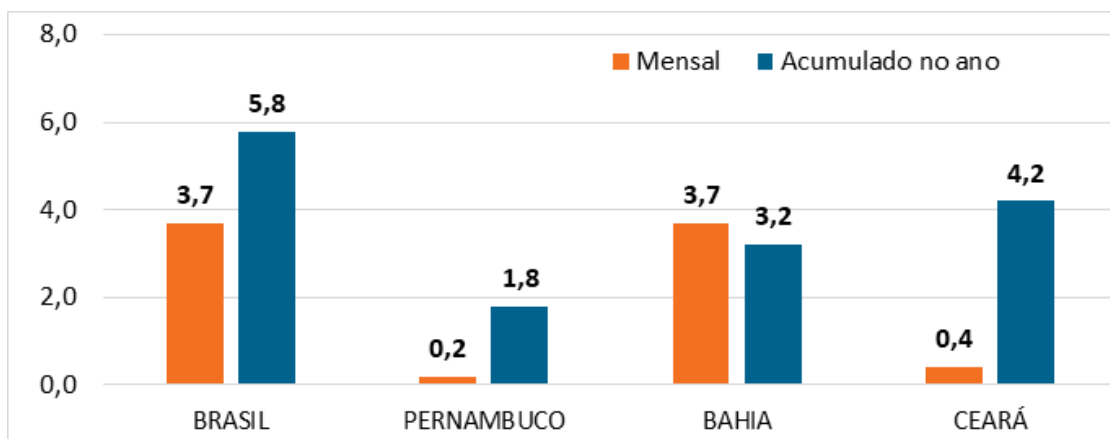
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM JUNHO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

A análise aqui conduzida passa a ter, nesta seção e na seguinte, Pernambuco como objeto central, incluindo-se esforços de contextualização nos planos nacional e regional. Nesse sentido, o desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, em âmbito regional e nacional, são ilustrados nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente, para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, considera-se o resultado agregado para o país.

Note-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado (Gráfico 9)** segue positiva em Pernambuco, no que se refere ao desempenho do primeiro semestre deste ano (1,8%), tendo-se por base igual período do ano passado. No que diz respeito ao resultado mensal, observa-se pequena variação positiva (0,2%). Ademais, são indicadores que refletem um comportamento inferior ao comportamento médio nacional (3,7% na variação mensal e 5,8% na acumulada do ano).

Gráfico 9 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do comércio varejista ampliado, em % - janeiro-junho2018 (base: mesmos períodos/2017)

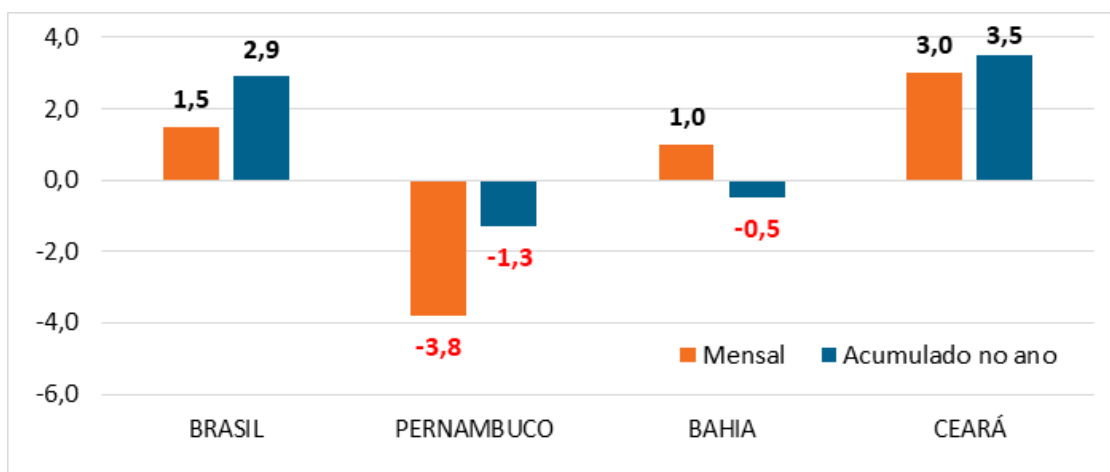


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Considerado o varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e construção – o desempenho de Pernambuco é negativo (-3,8% no mensal e -1,3% no acumulado do ano). Como se observa no **Gráfico 10**, é um resultado também abaixo do verificado para o país: crescimento mensal de 1,5% e de 2,9% no índice acumulado do ano. Fica patente que no varejo restrito o desempenho do comércio pernambucano, em 2018, é inferior ao observado

em 2017. E, ademais, inferior ao observado no país como um todo. No varejo ampliado, conforme assinalado, o desempenho diferenciado do segmento de veículos exerce influência significativamente positiva sobre o desempenho global. Dessa forma, observa-se um desempenho levemente positivo, embora bem abaixo do observado nos demais territórios considerados neste Boletim (Brasil, Bahia e Ceará).

Gráfico 10 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do comércio varejista, em % - janeiro-junho2018 (base: mesmos períodos/2017)

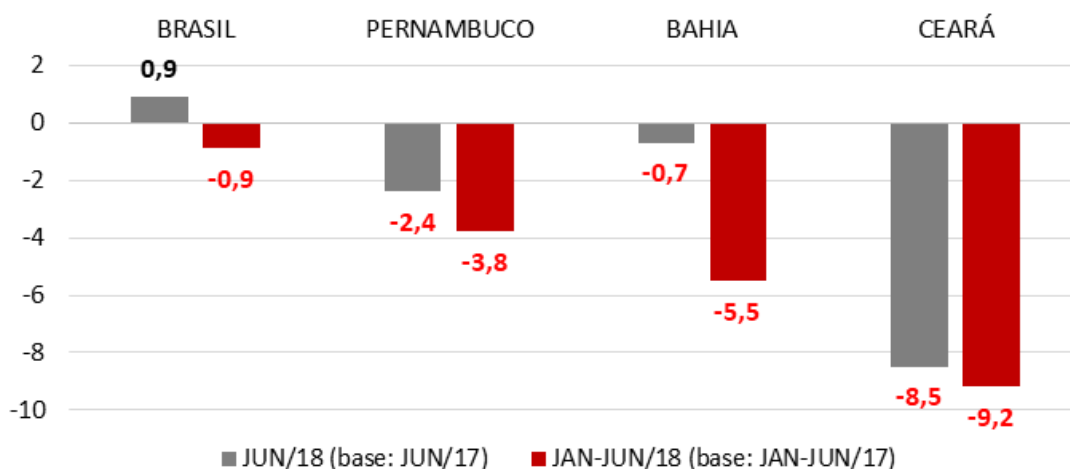


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em relação ao setor de serviços, o mesmo é contemplado a partir de informações sistematizadas no **Gráfico 11**, que contém números referentes a esse setor - desempenho mensal e acumulado. O volume de serviços prestados em Pernambuco declina, tanto em termos de indicadores mensais (-2,4% em junho 2018, tendo-se por base junho de 2017), quanto no acumulado do ano (-3,8% no primeiro semestre deste ano, relativamente a idêntico período de 2017). Ademais, no resultado do primeiro semestre, também observa-se queda mais

expressiva do que a média nacional (-0,9%). Na Bahia e no Ceará, o volume de serviços declina ainda mais fortemente do que em Pernambuco, no primeiro semestre deste ano. São resultados que deixam claro o grau de dificuldade que atividades de prestação de serviços vêm enfrentando, segmento que - no agregado - permanece como retardatário em termos de recuperação. Isso pode ser um sinal de que a recuperação da renda das famílias ainda não é forte o suficiente para generalizar a retomada de negócios em todo o espectro de atividades da economia.

**Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de serviços, em % junho e acumulada do ano/2018 (base: mesmos períodos/2017)**

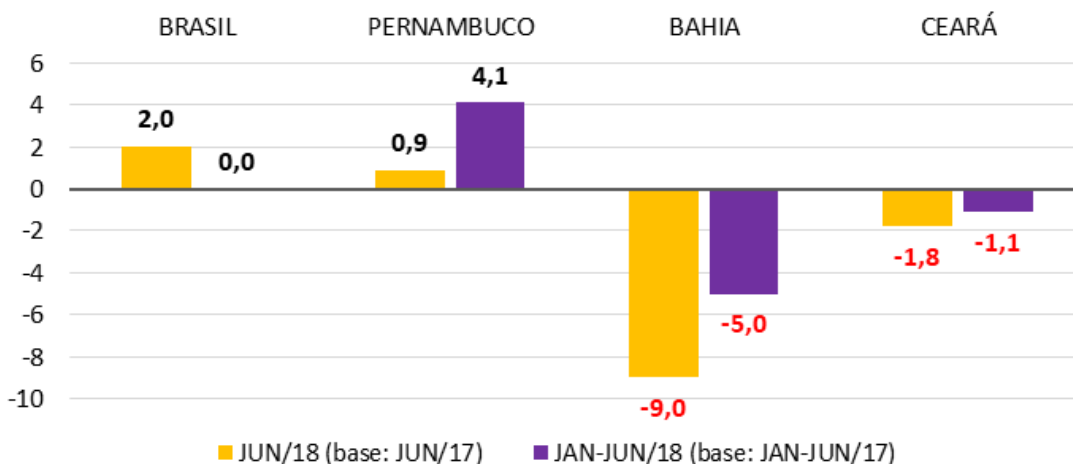


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Mantendo-se procedimento usual da série Boletim Conjuntural da Fecomércio, é agora incorporada à abordagem setorial o segmento de turismo. De forma similar à análise dos segmentos de comércio e prestação de serviços, também são aqui considerados os três principais Estados nordestinos e o país como um todo, em linha com a contextualização dos resultados observados para Pernambuco (**Gráfico 12**). Conforme o indicador mensal e o acumulado do ano de 2018 (janeiro a junho), relativamente ao mesmo período do ano de 2017, Pernambuco continua registrando

desempenho positivo (4,1%) no semestre e bastante diferenciado, em contraposição ao país como um todo (0,0%) e aos Estados do Ceará (-1,1%) e da Bahia (-5,0%). Novamente, como verificado em boletins anteriores, em atividades relacionadas como o turismo, o desempenho de Pernambuco no resultado acumulado do ano segue substancialmente superior ao observado nos demais espaços territoriais considerados neste boletim. Todavia, o índice mensal (0,9%) se situou abaixo da média nacional em junho (2,0%).

12 - Brasil, PE, BA e CE: variação acumulada no ano do volume de atividades turísticas, em % - janeiro-junho/2018 (base: janeiro-junho/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

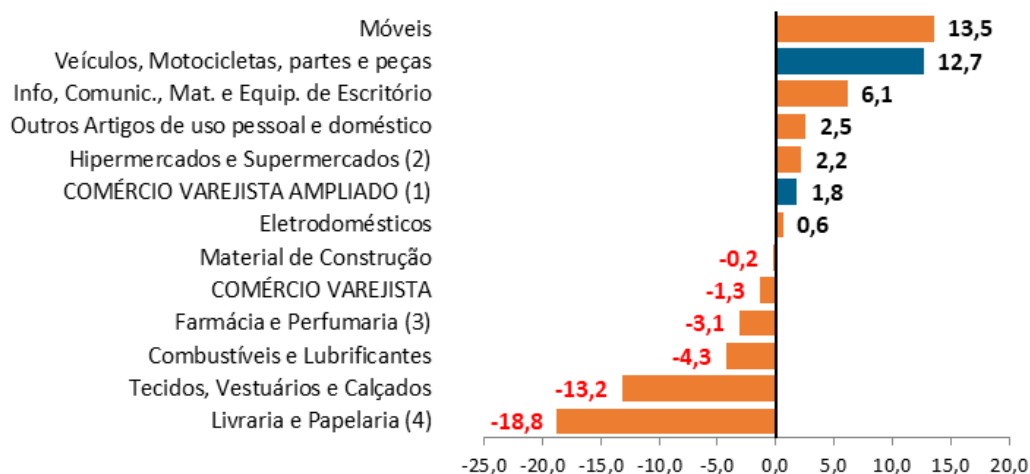
### 3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

Nesta seção, a análise ganha detalhamento de informações conforme as atividades específicas do comércio e da prestação de serviços.

Em relação ao varejo, trata-se de dados sobre o volume de vendas, indicador acumulado de 2018 (janeiro-junho) – comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes desse

segmento, o que está contemplado no **Gráfico 13**. Os resultados agregados do setor, mencionados na seção anterior – varejo restrito (-1,3%) e varejo ampliado (1,8%). Destaque-se que seis dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do comércio varejista, em % - janeiro-junho/2018 (base: janeiro-junho/2017)

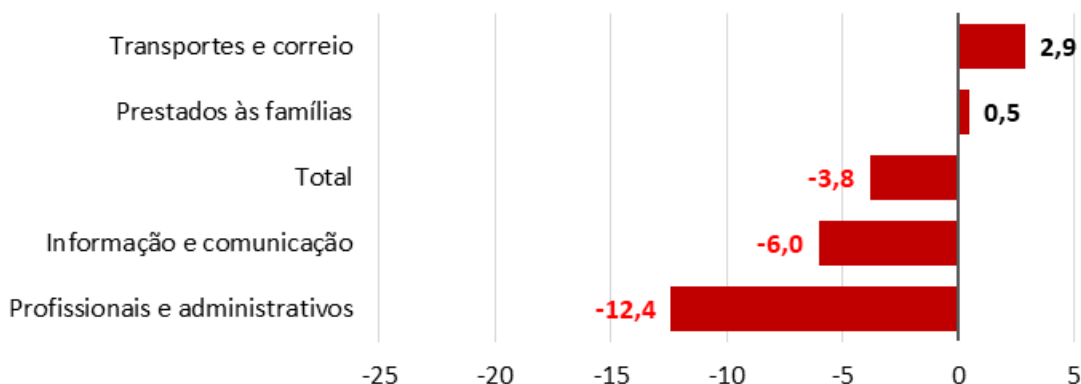


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao segmento de prestação de serviços (Gráfico 14), a retração econômica, em 2018, chegou a -3,8%. O detalhamento por atividades revela que os grupos representados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 0,5% e 2,9%. Para os outros dois agrupamentos, as variações no volume de vendas são negativas: 'Informação e Comunicação' (-6,0%);

e 'Profissionais e administrativos' (-12,4%). Em síntese, embora dois dos quatro grupos apresentem desempenho positivo, tal contribuição não é o suficiente para reverter o desempenho global negativo. Trata-se de resultados que, qualitativamente, são similares aos observados em boletins anteriores, o que persiste como sinal não alentador para recuperação do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de serviços por atividade, em % - janeiro-maio/2018 (base: janeiro-maio/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Os recentes resultados macroeconômicos não contribuem para alimentar expectativas otimistas com respeito ao desempenho da economia brasileira neste ano.

Primeiro, o IBC-BR aponta para um crescimento de apenas 0,9%, no primeiro semestre do ano, tendo por base o mesmo período de 2017.

Segundo, a taxa de subutilização da força de trabalho alcançou 24,6% no 2º trimestre de 2018 o equivalente a 27,6 milhões de pessoas sem acesso a ocupação, mesmo estando disponíveis para tal). Trata-se de indicador que vai bem além do número de desocupados (13 milhões, menos que os 13,7 milhões do primeiro trimestre), e também inclui: trabalhadores que desistiram de procurar ocupação (4,8 milhões); **6,5 milhões de subocupados** (pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais); e **3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade**, por motivos vários (de ordem pessoal ou familiar). Excetuado este último componente, trata-se de um contingente superior a 24 milhões de trabalhadores, que – agregadamente tratado como fator de produção – pode ser entendido como capacidade ociosa, fazendo-se paralelo com o usual conceito aplicado a instalações e equipamentos. Como ociosidade da força de trabalho corrói a qualificação do trabalhador, o que se agrava enquanto dura a desocupação – levando ao desalento – tal contingência vem a se traduzir em redução do potencial produtivo da economia.

Em tal ambiente, não se alimentam expectativas empresarias pró-retomada de investimentos (a taxa de investimento da

economia brasileira – na casa dos 16,0% – é historicamente muito baixa). Por outro prisma, o prolongamento da fragilidade do mercado de trabalho impede adequada recuperação da massa de salários, obstando – via estagnação ou lento crescimento da renda das famílias – a retomada de um patamar razoável do agregado consumo, que responde por mais de 60,0% do PIB.

De fato, o consumo das famílias – que em 2017 foi protagonista no impulso ao ainda modesto crescimento do País (1,0%), vindo a alimentar esperanças de que permaneceria como fator significativo para a recuperação da economia em 2018 – arrefeceu, particularmente depois da greve/lockout no segmento de transporte rodoviário<sup>1</sup>, que comprometeu ainda mais o cenário de recuperação econômica neste ano. Se a elevada desocupação de largo contingente da força de trabalho já abalava a disposição de gastos das famílias (as diretamente atingidas e parte daquelas que passam a temer mais o desemprego), a crise de maio 2018 intensificou tal deterioração, reduzindo expectativas de empresários e consumidores.

Em tal contingência, agentes empresariais alimentam expectativa positiva decorrentes de eventos ocasionais e transitórios, a exemplo dos recentes processos de devolução de recursos do PIS/Pasep e de recursos oriundos da indenização de bancos a poupadores vítimas de perdas de renda com planos econômicos anteriores. Evidente que tais eventos deverão infundir algum ânimo no comércio varejista – estima-se que os valores em processo/perspectiva de liberação venham a montar a cerca de R\$ 50 bilhões –, mas não se trata de fatores contínuos e estruturadores para a retomada da economia.

<sup>1</sup>Informações do Banco Central e do IBGE, divulgadas na imprensa nacional, a exemplo do jornal O Estado de São Paulo. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.consumo-das-familias-perde-folego-e-economistas-cortam-projecoes-pa-ra-2018,70002393750> [acesso em 18 08 2018].



O país, portanto, precisa materializar – no menor espaço de tempo possível (restrição de tempo e sentido de urgência são fortes fatores balizadores de uma saída da crise) – uma alternativa de concertação política em torno de um caminho de reformas, com a da Previdência Social na linha de frente do lado da economia, todavia, nem todas as indicações são desfavoráveis, ou sejam: i) taxa básica de juros em baixo patamar histórico; ii) inflação sob controle (mesmo enfrentando-se a pressão da desvalorização cambial); iii) alto nível de reserva (R\$ cerca de 380 bilhões); iv) entrada substantiva de capital externo (US\$ 64,2 bilhões, acumulado de 12 meses em julho de 2018), a despeito de desafios no panorama internacional, e v) bom desempenho das balança comercial e menor déficit no balanço de transações correntes. Estes são sinais de que, o país apresentou, a despeito das dificuldades enfrentadas, alguma recuperação, como evidencia a análise da Carta de Conjuntura do IPEA (16-08-2018, nº 40, 3º trimestre de 2018):

“A alta registrada em junho [do consumo aparente de produtos industriais: 9,9% ante maio, dessazonalizado<sup>2</sup>] foi generalizada entre as grandes categorias econômicas. ... os destaques positivos ficaram por conta dos segmentos bens de capital e bens de consumo duráveis, com avanços de 20% e 28,7%, respectivamente”.

Já foi afirmado – no boletim imediatamente anterior – o quão dramático para o país seria completar cinco anos consecutivos de recessão e baixo crescimento, agravando o forte declínio da renda per capita brasileira. Também se tem clareza de que, à medida que se torna mais próxima à data das eleições para a presidência da República e para o Parlamento, amplia-se ainda mais o quadro de incertezas em meio a um governo politicamente muito fragilizado.

Déficit fiscal (governo central, estados e municípios) e dívida pública em alto patamar são fatos preocupantes que se contrapõem aos fatores positivos pró-recuperação econômica descritos acima. Contudo, muito, ou quase tudo, depende – em médio prazo – exatamente de solução satisfatória para o problema fiscal do setor público, o que exigirá alguns anos para ser plenamente superado. Em curto prazo, câmbio e fatores eleitorais podem trazer perturbações políticas e macroeconômicas, a depender da magnitude de eventuais choques nessas duas dimensões.

Reitere-se o que foi afirmado em vários boletins do Instituto Fecomércio: é cada vez mais nítida a situação desafiadora que o país enfrenta. Torna-se cada vez mais imperativo – para atores políticos e agentes econômicos viabilizar uma concertação política que pacifique o país e permita a retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social.

<sup>2</sup>Embora insuficiente para evitar variação negativa do indicador, no 2º. Trimestre. Resultado em linha com indicadores macroeconômicos referidos neste Boletim.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Maio/2018.

**Pesquisa Mensal dos Serviços**. Junho/2018.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Junho 2018.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Julho/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Junho/2018

### EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

**Presidente:** Josias Silva de Albuquerque

**Diretora-executiva do Instituto**

**Fecomércio:** Brena Castelo Branco

**Economista:** Rafael Ramos

**Designer:** Nilo Monteiro

### EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista

Ademilson Saraiva | Economista

Roberto Alves | Estatístico

Jorge Jatobá | Economista

Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080  
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,  
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)  
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135  
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

